

TRABALHO INFANTIL UM CONTEXTO JURÍDICO E SOCIAL¹

Otilia Alves Rodrigues
Pablo Bonilla Chaves

RESUMO

Apresenta-se neste trabalho um resumo da monografia de conclusão de curso, que teve por objetivo analisar o contexto jurídico e social do trabalho infantil por meio de pesquisa bibliográfica. O trabalho propõe-se a falar sobre um assunto muito discutido no meio jurídico e social, que é o trabalho infantil. Segundo a ONU, pode ser definido como: “o trabalho que priva as crianças de sua infância e que é prejudicial para o desenvolvimento físico e mental”. Pretende-se demonstrar onde esse problema começou, e como veio se desenvolvendo de acordo com as mudanças e os avanços ocorridos nas sociedades, e principalmente no Brasil. Apresentam-se os fatos históricos determinantes na reformulação de conceitos e mudanças nas sociedades. Após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é uma agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho. A proteção da criança e do adolescente no Brasil é garantida pelas leis: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e a Constituição Federal (CF). O IBGE fez um levantamento estatístico em novembro de 2015, que apontou que o trabalho infantil aumentou 4,5% entre 2013 e 2014. São 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil. Atualmente, o Estado, em conjunto com a sociedade, tem papel importante nesse contexto, por isso, vem desenvolvendo mecanismos e estratégias na atuação da prevenção e erradicação do trabalho infantil.

INTRODUÇÃO

O problema existe desde os primórdios, quando a criança era encarada como um adulto em miniatura, passando por algumas culturas da antiguidade que influenciaram o modo de vida ocidental. A Revolução Industrial, por exemplo, foi um fator determinante na reformulação de conceitos e mudanças nas sociedades.

Com a globalização dos mercados, o processo de exclusão foi significativamente intensificado, fazendo surgir a necessidade de criação, pelos organismos protetores do trabalhador, de instrumentos jurídicos para protegê-los. Entre esses mecanismos encontram-se as diretrizes estabelecidas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, sobre os direitos básicos do trabalhador.

A OIT, desde a sua constituição, vem empreendendo esforços no sentido de desenvolver um conjunto de princípios, declarações, convenções e recomendações com o objetivo de disciplinar os direitos fundamentais do trabalhador, bem como de

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela orientanda Otilia Alves Rodrigues como requisito parcial para conclusão do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP-PR) , sob orientação do Prof. Pablo Bonilla Chaves.

incrementar a sua efetivação no âmbito interno, por meio da sua inserção no ordenamento jurídico de cada país. Especializada nas questões do trabalho, já em seu primeiro ano editou sucessivas Convenções para limitar o trabalho infantil, fixando idade mínima para o trabalho, proibição de jornada noturna, firmando regramento de conduta para vários setores tomadores de mão de obra infantil.

No Brasil, os princípios da ordem econômica, relacionados no artigo 170 e incisos da Constituição Federal de 1988, tentam harmonizar interesses econômicos com interesses sociais. Para tanto, a efetividade dos direitos humanos e fundamentais constitui-se numa busca incessante por melhores condições de trabalho, sendo um dos desafios do estado e da sociedade harmonizar os referidos interesses, tentando reduzir as desigualdades sociais que crescem a cada dia.

Um levantamento estatístico feito pelo IBGE em novembro de 2015 aponta que o trabalho infantil aumentou 4,5% entre 2013 e 2014. São 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil. Os indicadores sociais demonstram que as políticas públicas utilizadas têm sido importantes, mas, em sua maioria, ineficazes, pois não têm cumprido o seu papel primordial no combate e erradicação do trabalho infantil de forma responsável, eficaz e concreta.

FUNDAMENTAÇÃO

A exploração do trabalho infantil no Brasil também data de longa época: reporta-nos ao período da escravidão, quando se pode constatar o enorme abuso cometido contra crianças órfãs ou filhas de escravos, que eram submetidas ao trabalho árduo durante várias horas do dia, nas grandes fazendas, sob o domínio dos senhores de engenho.

No período de transição entre Império e República, é que outra vertente apareceu em território brasileiro, causando o deslocamento dos trabalhadores para as fábricas, que começavam a se expandir no país. A ideologia presente na época era a de que o trabalho ajudaria a criança a se tornar um cidadão útil à sociedade. O caráter dos mais jovens deveria ser formado dentro do local de trabalho.

Assim, o trabalho infantil se expandiu rapidamente no Brasil com o processo de industrialização do país, nos séculos XIX e XX.

Ocorreu, então, o crescimento da criminalidade nos grandes centros e a

crescente ocupação das ruas por crianças e adolescentes. Com a Primeira Guerra Mundial, muitos europeus ocuparam o território brasileiro em busca de melhores condições de vida. Pelo fato de grande parte desses imigrantes serem pobres, não só os adultos trabalhavam nas fábricas como também as crianças, que, desde os 8 oito anos de idade, já possuíam a responsabilidade de ajudar no sustento de suas famílias.

Esse trabalho precoce era constante, uma vez que a maioria dessas crianças não possuía, sequer, certidão de nascimento, o que tornava muito difícil a identificação da sua verdadeira idade. Dessa forma, o único tipo de denúncia que ressaltava a exploração do trabalho infantil vinha da imprensa, já que a maioria da sociedade se preocupava com a criminalidade infantil, protegendo, indevidamente, o trabalho infantil como forma de combater a ociosidade.

Com o passar das décadas, alguns direitos, visando à proteção das crianças em face da exploração do trabalho infantil, foram garantidos. Esse processo foi lento e gradativo, de forma que até hoje o país enfrenta grandes dificuldades para estabelecer uma coesão entre normas que visam a proteger as crianças do trabalho precoce e o cumprimento efetivo de tais leis.

Com o surgimento da industrialização, nos séculos XVIII e XIX, passou-se a conhecer o trabalho formal, com definição de tarefas e remuneração pelo trabalho.

Ainda não existe uma política de proteção ao trabalho, a atividade laboral ainda está muito longe de ser considerada como uma ciência na pulsante evolução socioeconômica industrial. É no século XX que a sociedade passa a desenvolver e exigir mudanças no trato socioeconômico do trabalho. Surgem, então, as primeiras regras que regem os direitos e deveres entre patrões e empregados; institui-se o contrato de trabalho.

Após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, na Conferência da Paz, pelo Tratado de Versalhes, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é uma agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho, a qual, já em seu primeiro ano, editou sucessivas Convenções para limitar o trabalho infantil, fixando idade mínima para o trabalho, proibindo jornada noturna e firmando regramento de conduta para vários setores tomadores de mão de obra infantil (OIT, 2017).

A principal finalidade dessa Organização foi assegurar a paz mundial por meio da justiça social, melhorando as condições de trabalho e garantindo os direitos

dos menos favorecidos, especialmente das crianças espalhadas e exploradas mundo afora.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 227, assegura à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais, devendo ser-lhes garantidas por lei, ou outros meios, as mais amplas oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, resguardados os direitos à liberdade e à dignidade humana.

É no § 3º, do artigo 227, que estão previstas normas sobre o direito à proteção especial no trabalho. Na Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - estão definidos os conceitos de criança e de adolescente. A distinção baseia-se unicamente na idade, não considerando o seu amadurecimento psicológico e/ou social.

Vê-se, então, que, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, passou a ser dever da sociedade como um todo a proteção e a preservação das condições de vida das crianças e dos adolescentes, objetivando a sua preparação para o seu futuro como cidadãos. Também lhes é assegurado no artigo 5º o “direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990).

À criança e ao adolescente também são assegurados pelo ECA, nos seus artigos 60 ao 69, o direito à educação, conforme disposto no artigo 53, o direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

A jornada de trabalho do jovem aprendiz é disciplinada nos artigos 404, 405, parágrafo 3º, 406, 412, 428, parágrafo 1º, e 432 da CLT (BRASIL, 1943).

Ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), cabe a obrigação de fiscalizar os estabelecimentos tomadores dos serviços dos menores aprendizes em todo o país, a fim de garantir seus direitos trabalhistas.

A legislação foi criada com a intenção de proteger e limitar as relações de trabalhos que envolvam os menores de dezoito anos; no entanto, quando estas deixarem de ser observadas, os demais direitos e garantias de qualquer contrato normal de trabalho será aplicado conforme o caso concreto, sendo sempre com interpretação ao melhor interesse do menor.

Pesquisa sobre o Trabalho Infantil, realizada pelo IBGE em novembro de

2015, apontou que o trabalho infantil aumentou 4,5% de 2013 para 2014. São 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil. Desses, meio milhão têm menos de 13 anos.

Dados do Relatório Mundial sobre Trabalho Infantil de 2015, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), apontam que 168 milhões de crianças realizam trabalho infantil no mundo. Entre elas, 120 milhões têm idade entre 5 e 14 anos e cerca de 5 milhões vivem em condições análogas à escravidão.

O relatório foi preparado para o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho. Segundo a organização, entre 20% e 30% das crianças em países de baixa renda abandonam a escola e entram no mercado de trabalho até os 15 anos.

CONCLUSÃO

O estudo do tema demonstra que o trabalho infantil é um assunto muito complexo, e deve ser tratado com certo cuidado.

Mostra que o trabalho infantil é toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes com idades abaixo da mínima legalmente permitida para o trabalho. Aborda, ainda, que o trabalho infantil é proibido por lei; principalmente, as formas mais nocivas ou cruéis, que não só são proibidas por lei como constituem crime, com pena de prisão ou multa.

E, nesse momento, faz-se necessário mencionar que, nem todo o trabalho infantil é explorador. Há situações em que a criança pode trabalhar sem prejudicar sua saúde física ou psíquica, como, por exemplo, o trabalho doméstico, que tem por finalidade apenas a aprendizagem, sem visar lucro, sem compromisso com a perfeição do trabalho, e que seja supervisionado por um adulto, considerando a capacidade física e intelectual dos menores.

Ao se falar em exploração, verifica-se que o fato ocorre desde o início das civilizações e perpetua até os dias de hoje. Felizmente, durante esse período muito tem sido feito com a finalidade de minimizar o triste fato, que é motivo de vergonha para os países que possuem seus índices elevados. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) trabalha incansavelmente em busca da erradicação da exploração do trabalho infantil. O Estado e a sociedade têm buscado, por meio da Constituição

e de leis específicas, regulamentar e delimitar esse tipo de trabalho, com a finalidade de garantir o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, preparando-os para serem futuros trabalhadores, e formando-os cidadãos capazes e responsáveis pela manutenção do crescimento econômico e social do país.

Busca-se, por meio da educação, de programas sociais, de entidades não-governamentais, limitar ou regular as tarefas atribuídas às crianças para que não seja prejudicado seu crescimento natural, usando, para isso, condições que permitam a saída da família da extrema pobreza, em que os genitores, mesmo tendo consciência do dano causado aos seus filhos, ainda assim os usam para garantir a própria sobrevivência e muitas vezes, dos demais membros da família.

Diante das questões acima expostas, faz-se necessário que as crianças tenham os seus direitos cada vez mais plenamente garantidos e respeitados no presente, para que as futuras gerações tenham uma história diferente das atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal**. Vade Mecum 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, DF. 1943.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>

Acesso em: 25 jan. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. 1990.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 11 jan. 2017.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: comentários Jurídicos e sociais. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 3.ed. São Paulo: LTr, 2004.

DOURADO, Ana; FERNANDEZ, Cida. **Uma História da Criança Brasileira**. São Paulo: CENOMEQ, 2009.

G1 o portal de notícias do Globo. **Trabalho Infantil**. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/11/dados-do-ibge-mostram-que-trabalho-infantil-cresceu-45.html>> Acesso em: 11 jan. 2017.

LIBERATI, Wilson Donizeti; DIAS, Fábio Muller Dutra. **Trabalho Infantil**. São Paulo: PC Editorial Ltda., 2006.

OLIVA, José Roberto Dantas. **O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil**. São Paulo: LTR, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenções da OIT**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>> Acesso em: 21 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O Trabalho Infantil no Mundo**. Disponível em: <<http://www.inpacto.org.br/2015/06/oit-alerta-168-milhoes-de-criancas-realizam-trabalho-infantil-no-mundo/>> Acesso em: 11 jan. 2017.

PORTAL BRASIL. **Erradicação do Trabalho Infantil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/07/brasil-e-lider-na-erradicacao-do-trabalho-infantil-diz-oit>> Acesso em 02 mai. 2017.

PORTO, Cristina; HUZAK, Iolanda; AZEVEDO, Jô. **Trabalho Infantil: o difícil sonho de ser criança**. impressão. 5.ed. São Paulo: Vox Editora, 2011.

SALDANHA, Jefferson Ricardo Lopes. **Trabalho infantil e políticas públicas de erradicação**. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/trabalho-infantil-politicas-publicas-erradicacao.htm>> Acesso em: 11 jan. 2017.

SANTOS, Jonábio Barbosa dos. **O Trabalho Infantil no Brasil e na Argentina: Um caso de desrespeito à declaração sociolaboral do Mercosul**. São Paulo: LTr, 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. **Trabalho Infantil, a negação do ser criança e adolescente no Brasil**. Florianópolis: OAB-SC, 2007.

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é Trabalho Infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.